



# PESCA E TRABALHO INSULAR EM VITÓRIA E MONTE DE TRIGO – ILHAS DO LITORAL NORTE PAULISTA

---

Eduardo Schiavone Cardoso<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Santa Maria*

## INTRODUÇÃO

O objetivo central destas reflexões consiste em estabelecer as relações entre a transformação do espaço do litoral norte paulista, o desenvolvimento da atividade pesqueira e os processos de trabalho na pesca, com ênfase nos espaços insulares habitados por ilhéus, nas ilhas Vitória e Monte de Trigo. Tal proposição é resultante de um estágio de pós-doutorado, realizado no período entre agosto de 2009 e julho de 2010, sob a supervisão do Professor Livre Docente Antonio Thomaz Júnior junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, em Presidente Prudente.

Três perspectivas permearam a análise proposta: as relações que ilhéus e pescadores estabelecem com os movimentos do capital e da organização do trabalho no setor de produção do pescado; as particularidades da organização espacial do litoral norte paulista e da pesca regional; e as relações que envolvem o que pode ser denominado de reprodução de um modo de vida ilhéu, singular, que afirma sua especificidade mesmo diante das chamadas sociedades e comunidades caiçaras.

A proposta da pesquisa, a partir dos aportes temáticos e bibliográficos desenvolvidos junto ao CEGeT, atentando para as transformações recentes do espaço litorâneo e do mundo do trabalho, foi realizada durante o estágio mencionado. Novas problemáticas se apresentaram, bem como antigas questões permaneceram em aberto, permitindo identificar o desenho societal das sociedades insulares, seus movimentos e dinâmicas frente às ameaças às suas terras e águas.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Departamento de Geociências – Centro de Ciência Naturais e Exatas – CCNE da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM. Pós-doutorando – Departamento de Geografia – FCT – UNESP – Presidente Prudente, sob supervisão do Prof. Antônio Thomaz Júnior

## OBJETO E PROBLEMATIZAÇÃO

Dentre os objetivos específicos do projeto foi proposta a investigação de três problemáticas, para as quais serão discutidos alguns dos resultados ao longo deste artigo, com ênfase na questão do trabalho dos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo. Assim foram elencados os objetivos específicos da pesquisa:

- Caracterizar as transformações contemporâneas nos processos de ocupação do espaço e na economia do litoral norte paulista, voltado para a identificação das dinâmicas sociais e espaciais presentes na região, os agentes atuantes nos processos de produção do espaço e o conjunto de usos, hegemônicos e intersticiais, dos espaços costeiros e marítimos.
- Caracterizar as atividades pesqueiras e aquícolas, presentes no litoral norte paulista, a partir das estruturas de produção e circulação do pescado, das distintas formas de organização da produção pesqueira e do trabalho no setor.
- Apreender as transformações recentes no uso do espaço insular e nas modalidades de trabalho desenvolvidas pelos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo, com ênfase nas relações com os processos mais amplos de ocupação do litoral norte paulista e nas especificidades dos espaços insulares.

As questões de análise proposta para a discussão nesta edição da Jornada, concentram-se na perspectiva da inserção dos trabalhadores ilhéus em conjuntos mais amplos relacionados à dinâmica de expansão do capitalismo, seu rebatimento nos processos sociais, econômicos e espaciais insulares e do litoral adjacente, bem como suas respostas e ações.

Antes porém de centrar a análise nestas questões, cabe sintetizar algumas das características dos processos de ocupação do espaço do Litoral Norte Paulista e da dinâmica da atividade pesqueira regional, obtidas ao longo do processo de pesquisa e que demarcam o quadro geral no qual se inserem as ilhas Vitória e Monte de Trigo.



Figura 1: Ilha Vitória (esq.) e Monte de Trigo (dir.)

Fonte: Fotos do autor

### **ESPAÇO E PESCA NO LITORAL NORTE PAULISTA – APONTAMENTOS**

O litoral norte paulista é caracterizada pelo incremento de processos de ocupação relacionados à urbanização, expansão do turismo marítimo e litorâneo e expansão do setor energético na região, dentre outros processos, em especial, desencadeados ao longo do último século e início do atual. Os elementos desta dinâmica podem ser sintetizados em alguns processos mais gerais: a transformação de um espaço da pequena produção agrária e pesqueira, para um espaço urbanizado, industrial e turístico.

Como consequências verificam-se a expansão das segundas residências, a ampliação do setor terciário, a implantação de atividades de turismo em distintas modalidades, e a instalação de infra-estruturas voltadas ao transporte e exploração energética em bacias oceânicas de gás e petróleo. No decorrer de tal processo, a transformação na estrutura fundiária, a expropriação do espaço caçara, a destruição da natureza e sua outra face: o incremento de políticas de preservação ambiental.

Nos termos da proposta deste trabalho, processos contemporâneos, como a expansão do setor de gás, se somam aos processos de incremento turístico, urbano, demográfico e viário, que se observam já de longa data. Com facetas contraditórias imprimem ao litoral norte paulista características de centro e de periferia, aspectos de isolamento, marginalização e complementaridade estão presentes, empregando os termos da análise proposta por Armando Correa da Silva em 1975. No entanto um fato novo é o incremento de atividades de extração de recursos energéticos do subsolo marinho, tendo como base de operação o litoral norte.

Quanto à atividade pesqueira, observa-se no litoral norte paulista ao longo do século XX, um momento inicial de predomínio da produção de pequena escala e o estabelecimento dos circuitos comerciais do pescado a partir da década de 1920.

A implantação de um setor pesqueiro industrial data dos anos de 1960 e cerca de duas décadas, depois verifica-se a retomada de uma pesca de pequena escala, porém com distintos níveis de capitalização dos produtores. Neste processo, a emergência da problemática ambiental, imprimindo instrumentos para a gestão da atividade pesqueira.

### **O TRABALHO NAS ILHAS VITÓRIA E MONTE DE TRIGO – REBATIMENTOS**

Pesca, roça e artesanato. Esta tríade caracteriza as modalidades de trabalho de muitas das comunidades de ilhéus e caiçaras do litoral paulista. Na ilha Vitória o lavrador, o artesão e o pescador, em muitos casos é a mesma pessoa. No Monte de Trigo pouco se planta, porém a pesca e o artesanato compõe as principais ocupações dos ilhéus.

As roças na ilha Vitória consistem de pequenas quadras de mandioca, feijão, alguma batata, abóbora e fruteiras. A produção é quase que totalmente voltada ao consumo, com exceção da farinha de mandioca que pode ser vendida ocasionalmente nas viagens dos ilhéus para as cidades. Permanece a possibilidade de aberturas de roças em áreas comuns, conforme já verificado em trabalho anterior.



Figura 2: Ilha Vitória – Roçado

Fonte: Foto do autor

No Monte de Trigo, caracterizado pela presença de inúmeras fruteiras, as antigas roças foram abandonadas, em um processo que teve como “tiro de misericórdia” a introdução de ratos na ilha na década de 1980 que, segundo os moradores, destruíam as plantações. Os raros e esporádicos cultivos atuais dizem respeito a alguma hortaliça, abóboras e batatas.

O artesanato é praticado por alguns ilhéus como uma fonte de renda esporádica e representado pela confecção de remos, miniaturas de embarcação e gaiolas – via de regra realizado pelos homens e toalhas, tapetes, bolsas e chapéus de palha – em geral tecidos pelas mulheres. A venda pode ser feita para turistas que visitam as ilhas e as peças podem ainda ser vendidas, ou deixadas em consignação, nas casas de comércio de artesanato nas cidades e bairros litorâneos. Na ilha Vitória parte das madeiras empregadas na confecção das peças de um artesão é manejada por ele, através do plantio e de podas controladas, visando manter a disponibilidade de matéria prima e atender às exigências ambientais.

A pesca é a principal modalidade de trabalho dos ilhéus. Através do pescado os ilhéus auferem seus principais rendimentos e na lida da pesca dedicam a maior parte de seu tempo. As modalidades de pesca não diferem muito das observadas nos anos de 1990 e correspondem à pesca de linha, espinhel, redes de emalhar lançadas no fundo, meia água ou boiada, arrastos e cerco flutuante – presentes apenas na ilha Vitória.

Ainda que praticamente as mesmas, em virtude das técnicas empregadas, as modalidades de captura estão essencialmente diversas em razão da propriedade dos meios de produção. Na Ilha Vitória, nos anos de 1990 as embarcações motorizadas totalizavam dois barcos e três canoas a motor. Um barco, uma canoa a motor e o cerco flutuante presente na ilha eram de propriedade de um comerciante de peixe residente no litoral, para o qual a pesca era entregue e os ilhéus trabalhavam por meio de partilha de produção. Seu falecimento culminou com o abandono dos negócios da família na produção de peixe na Vitória e a aquisição do cerco por parte de uma ONG local, que o repassou para os ilhéus. Resulta que além deste cerco, um outro de propriedade também dos ilhéus se encontra atualmente em operação na ilha.

Quanto às embarcações, hoje encontram-se cinco barcos motorizados de propriedade dos ilhéus. Consistem em embarcações de pequeno porte, entre 7 e 10 metros aproximadamente, com motor de centro de potências variadas, que garantem a estocagem do produto e o transporte do peixe para a venda nas peixarias de Ubatuba e Ilhabela, de acordo com cada turma de pesca. Denota uma capacidade, ainda que restrita de capitalização que os permitiu realizar as pescarias de forma mais autônoma, persistindo, no entanto, a subordinação aos mecanismos de formação de preço e de circulação do pescado.

No Monte de Trigo, nos anos da década de 1990, quatro embarcações motorizadas existiam na ilha: duas canoas a motor, um bote motorizado e uma



chata de alumínio com motor de popa. Destas, apenas a chata e uma canoa a motor eram de propriedade dos monteiros. No ano de 2010, sete turmas de pesca se organizam no Monte de Trigo, seis delas com chatas de alumínio e motor de popa e uma com canoa a motor – todas as embarcações pertencentes aos habitantes da ilha.

Esta mudança do padrão tecnológico das embarcações apresenta vantagens e desvantagens. A facilidade de guarda da embarcação leve, puxada diariamente nas estivas construídas nos costões rochosos da ilha, o que possibilita ao ilhéu a tranqüilidade no sentido da vigilância do barco, frente às intempéries e mudanças bruscas do mar, aliada a rapidez dos deslocamentos, podem ser apontadas como as vantagens deste modelo de embarcações. A baixa capacidade de carga e o alto custo do combustível, uma vez que ocorre a mudança do óleo diesel para a gasolina e lubrificante dos motores dois tempos, são suas desvantagens. A título de exemplo, uma viagem de ida e volta da ilha para Barra do Una, situada no continente, com embarcações de motor de centro dura uma hora por trecho e consome cerca de R\$ 10,00 de óleo diesel, ao passo que com motor de popa cada trecho dura cerca de 15 minutos, porém o custo é de cerca de R\$ 60,00 entre gasolina e lubrificante.

Além das atividades de pesca, lavoura e artesanato, que podem ser consideradas tradicionais no contexto de ocupação das ilhas e do litoral paulista, os ilhéus exercem outras atividades de maneira esporádica, tais como serviços em pousadas, para a pesca esportiva ou em passeios náuticos. Serviços temporários em obras ou ligados às residências de veraneio, serviços públicos, entre outros.



Figura 3: Embarcações e desembarque - Ilha Vitória (esq.) e Monte de Trigo (dir).

Fonte: Fotos do autor

## A PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA INSULAR E AS CHAMADAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Uma boa parte dos ilhéus de Vitória e Monte de Trigo são pescadores artesanais. Como tais produzem ainda hoje, no conjunto, uma boa parte do pescado extrativo brasileiro, apesar de todo o investimento público na formação de um setor industrial nas pescarias, em especial com as políticas da SUDEPE. No caso do litoral norte paulista, ocupam as poucas áreas onde o avanço da urbanização e dos loteamentos de segunda residências ainda não alcançou.

Assim as ilhas mantiveram alguns dos aspectos dos espaços de vida das chamadas comunidades caiçaras, que predominavam ao longo do litoral norte paulista até o último quartel do século XX. Esse espaço, de produção e reprodução da pequena produção mercantil – pesqueira e agrícola, se transforma e transfigura sob outras lógicas. Dentre as quais a da urbanização, do avanço turístico, das infraestruturas de produção e circulação de combustíveis fósseis.

No interior da pequena produção pesqueira, podem ser identificados grupos que possuem singularidades culturais, no tocante ao conjunto tecnológico, modalidades de uso dos recursos naturais, manifestações sagradas e profanas. Em uma perspectiva da política pública ambiental, tais grupos são denominados de populações tradicionais, tais como os jangadeiros nordestinos, os caboclos amazônicos, os caiçaras e ilhéus do sudeste e sul brasileiros, os açorianos do sul do país.

A reprodução destas sociedades de pescadores preconiza a reprodução de seus modos de vida, de sua cultura e de seus territórios, algumas vezes garantidos por legislações específicas.

No caso brasileiro, algumas das legislações mais recentes reconhecem o direito das comunidades tradicionais sobre os seus territórios, ou procuram adequar sua presença quando inseridas nas unidades de conservação ambiental. Informações oficiais apontam para 10.000.000 de hectares protegidos e 20.000 famílias vivendo nas Reservas Extrativistas – Florestais e Marinhas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (CNPT, s/d). Os embates dos ilhéus de Vitória com o Parque Estadual de Ilhabela constituem exemplos da luta por este reconhecimento.

Aos ilhéus e pescadores artesanais, uma série de trabalhadores encampa os embates pela sua reprodução econômica e social, em especial contra os conglomerados econômicos, financeiros, industriais ou fundiários, dentre outros ramos cada vez mais concentrados, que avançam sobre seus territórios e recursos, além dos embates com as políticas de preservação da natureza.

Como exemplos, são recentes os encontros e demandas de populações atingidas por grandes projetos, sejam os da Vale do Rio Doce, os financiados pelo BNDES, a

ampliação da base espacial de Alcântara, a implantação de refinarias da Petrobrás, entre outros. Em outros termos, os derramamentos de petróleo no Golfo do México e o descontentamento dos maoris, com a possibilidade de acordos entre o governo neozelandês e a Petrobrás, apontam a dimensão internacional destes embates<sup>2</sup>.

Pode-se mesmo interpretar que tais processos aparecem como novas configurações da luta de classes, levada a cabo por parcelas da população ameaçadas pela expansão do capitalismo em suas distintas facetas (THOMAZ JR, 2009).

A resistência destes produtores é a afirmação da luta pela terra, pela água e pelos recursos naturais, para além das reivindicações decorrentes das segmentações laborais.

É nessa perspectiva que algumas organizações de pescadores brasileiros questionam os projetos de controle dos recursos naturais, representados pela transição do São Francisco, implantação da carcinocultura, barragens, entre outros projetos que acirram a destruição dos recursos e ambientes pesqueiros e comprometem a reprodução dos produtores de pescado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pequena produção mercantil se atualiza e permanece como um importante segmento na produção do pescado, revelando formas mais ou menos visíveis de resistência frente à total alienação do trabalho e ao estranhamento do mundo. Mantendo uma dualidade entre autonomia e subordinação, este conjunto de trabalhadores dá visibilidade aos conflitos com as modalidades de produção pesqueira com maior incremento de tecnologia e capital, presente em várias ações de denúncia dos pescadores artesanais. Em algumas áreas foi a pequena produção pesqueira que permaneceu, após as tentativas de industrialização da pesca.

No caso específico das ilhas em questão é esta situação que se apresenta. Apesar de pouco visíveis e considerados como “isolados” por muitos, os pescadores ilhéus vislumbram a possibilidade de reprodução da atividade pesqueira nos moldes da pequena produção mercantil, defrontando-se contra os processos de espoliação, na terra e no mar.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>2</sup> Os noticiários destes eventos apareceram com alguma regularidade em jornais de grande circulação e em blogs e redes da internet.



ALVES, Giovanni. A condição de proletariedade. Londrina/Bauru: Editora Práxis, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSUMPÇÃO, Roberto de; CARDOSO, Eduardo Schiavone; GIULIETTI, Nelson. Situação da Pesca Artesanal Marítima no Município de São Sebastião. *Informações Econômicas*, n. 5, v. 26, 1996.

BRETON, Yvan; ESTRADA, Eduardo Lopes. *Ciências Sociales y Desarrollo de las pesquerías: Modelos y Metodos aplicados al caso de Mexico*. México: Inst. Nacional de Antropologia y Historia, 1989.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Vitoreiros e Monteiros: Ilhéus do Litoral Norte Paulista. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Geografia, FFLCH-USP, 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. São Paulo: Tese de Doutorado – Geografia – FFLCH-USP, 2001.

CIMI. Conferência histórica marca a luta por políticas públicas para a pesca artesanal. Disponível em <[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)>, acesso em 20 de outubro de 2009.

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável. Boletim Informativo, Brasília, s/d.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática. 1983.

FAO. El estado mundial de la pesca y aqüicultura. Roma: FAO, 2009.

GÓMEZ, Jorge Montenegro, THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural: uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. *Ciência Geográfica*, v. XI, n. 1, 2005.

IBAMA. Estatísticas da pesca - 2006 . Brasília: MMA, 2008.

IBGE. Cidades@. Disponível em <[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)>, acesso em 20 de junho de 2010.

MARTINS, José de Souza. Pequena Produção Agrícola - Antimito da Produção Capitalista no Campo. In *Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PETROBRÁS. Espaço Comunidade. Maio/Junho/Julho de 2009.

SEAP - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca – Caderno de Emendas. Brasília: SEAP, 2009.

SILVA, Armando Correa da. O Litoral Norte de São Paulo: Formação de Uma Região Periférica. São Paulo: IGEOG - USP, 1975.

SILVA, Luiz Geraldo Santos. Os Pescadores na História do Brasil. Recife: CPP/Vozes, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente: Tese Livre Docência – FCT – UNESP, v. 1, 2009.

Contato com o autor: [eduscard@ig.com.br](mailto:eduscard@ig.com.br)

Recebido em: 08/01/2012

Aprovado em: 05/03/2012